



PROJETO DE LEI Nº /2026

Autora: Vereadora Dandara Gissoni

Dispõe sobre a prevenção e o combate aos maus-tratos contra animais no Município de Caçapava e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Caçapava, a Política Municipal de Prevenção e Combate aos Maus-Tratos contra Animais, com fundamento no art. 225 da Constituição Federal, visando assegurar a proteção, a defesa e o bem-estar dos animais.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se maus-tratos toda ação ou omissão que implique em abuso, crueldade, ferimento, mutilação, abandono, negligência ou qualquer prática que cause sofrimento físico ou psicológico aos animais.

Art. 3º São objetivos da Política Municipal de que trata esta Lei:

I – prevenir e reprimir práticas de maus-tratos contra animais;

II – promover a educação e a conscientização da população sobre a guarda responsável;





III – estimular a denúncia de casos de violência contra animais;

IV – fomentar parcerias com entidades de proteção animal e órgãos públicos.

Art. 4º O Poder Público Municipal, por meio de seus órgãos competentes, poderá:

I – promover campanhas educativas permanentes;

II – apoiar ações de resgate e acolhimento de animais vítimas de maus-tratos;

II – articular-se com órgãos de segurança, Ministério Público e entidades da sociedade civil;

IV – disponibilizar canais para recebimento de denúncias.

Art. 5º Sem prejuízo das sanções penais previstas na legislação federal, o infrator ficará sujeito às sanções administrativas, a serem aplicadas conforme regulamentação do Poder Executivo:

I – advertência;

II – multa;

III – apreensão do animal;





IV – proibição temporária de manter animais;

V – outras medidas administrativas cabíveis.

Art. 6º A fiscalização do cumprimento desta Lei será realizada pelos órgãos municipais competentes, podendo atuar em cooperação com forças de segurança e entidades de proteção animal.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Dandara Gissoni
Vereadora – PSB

